



Prefeitura Municipal de Canguçu

Estado do Rio Grande do Sul

PORTARIA Nº 086/2018

“DETERMINA ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CLEDEMIR DE OLIVEIRA GONÇALVES, Vice-Prefeito no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Canguçu, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

- ART. 1º** - Determinar abertura de **PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR** para apurar os fatos descritos no memorando nº 144/2018 de 05.03.2018, parte integrante desta Portaria, na forma de anexos, referente à acidente de trânsito, ocorrido na data de 01/02/2018, envolvendo o veículo Sandero, placas IRB 3096, de propriedade desta municipalidade, conduzido pelo motorista desta Prefeitura **PAULO RICARDO SILVEIRA LOPES**, matrícula nº 85081, e o veículo Onix, Placas IYF 1878, de propriedade da Empresa Brasilvale Veículos Ltda, conduzido por Cátia Inês Klein.
- ART. 2º** - A comissão deverá apurar os fatos, com o levantamento completo da situação relatada, de acordo com as informações descritas no artigo 1º, bem como os documentos que integram esta Portaria; e, em conformidade com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, apurar a responsabilidade do servidor, utilizando todos os meios cabíveis e legais, levando em conta os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, para elucidar o fato de forma clara e conclusiva.
- ART. 3º** - A Comissão nomeada pelas Portarias nºs 079/2017, de 01.02.2017 e 276/2017, de 06.09.2017, que designa Membros Permanentes de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, cujos membros titulares são: **MAÍRA SOARES CAMACHO GUILAYN**, Advogada, matrícula nº 50162-0, **KAUANE DIAS SOARES PEDROSO**, Auxiliar de Administração nº 50125-5, e **CAREM ELUZA BRAGA QUINTANA**, Auxiliar de Administração, matrícula nº 08805-6 terão um prazo de 60 (sessenta) dias para realizar o Processo Administrativo Disciplinar, o qual deverá, obrigatoriamente, constar relatório circunstanciado e conclusivo.
- ART. 4º** - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE
CANGUÇU/RS, 15 DE MARÇO DE 2018

CLEDEMIR DE OLIVEIRA GONÇALVES

Vice-Prefeito no exercício do cargo de
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

EDIMILSON MARTINS DA ROSA

Chefe de Gabinete do Prefeito em Substituição

88.02
atende
nº 1 Portaria
17/118
17/1041
ao Recor
ma h
20



RELATÓRIO FINAL-Portaria nº086/2018

Senhor Prefeito Municipal,

A Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar vem apresentar o presente relatório, após a realização das diligências necessárias à apuração dos fatos do Processo Administrativo instaurado pela Portaria nº86/2018, o qual foi aberto visando a responsabilidade do servidor Paulo Ricardo Silveira Lopes, motorista, matrícula nº85081, no acidente ocorrido com o veículo Sandero de placa IRB3096 ocorrido em 01/02018.

PRELIMINARMENTE

O processo transcorreu regularmente, não havendo incidentes ou nulidades. Com efeito, observo que o prazo inicial expirou, todavia a de se considerar a complexidade do feito e a jurisprudência acerca do assunto, especialmente emanada do Supremo Tribunal Federal – STF (Sumula 592 :*O excesso de prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar só causa nulidade se houver demonstração de prejuízo à defesa*).

DOS FATOS APURADOS E DA PROVA

Inicialmente, destaca-se que a colisão aqui discutida envolveu o carro da Prefeitura e um veículo particular Onix de placa IYF1878, o qual é de propriedade da empresa Brasilvale Veiculos Ltda e era conduzido pelo Sr. Augusto Azevedo Beira. A referida empresa pleiteou o ressarcimento dos seus danos no importe de R\$9.059,53 (fl.05).

Da análise do conjunto probatório, concluímos que não foi possível verificar infração administrativa por parte do servidor Paulo Ricardo Silveira Lopes.

No presente houve a oitiva do servidor Paulo Ricardo, constante nas fls.24/25, ocasião em que o mesmo atestou não possuir qualquer responsabilidade sobre o acidente, explicitando a dinâmica dos fatos, sendo que o veículo do Município estava trafegando pela rua quando o carro da frente, no caso o Onix, simplesmente parou sem qualquer sinalização e ignorando o fluxo de veículos. Afirmo que assim que desceu do carro o motorista do Onix, Sr. Augusto, expressou que parou em frente a uma loja para verificar se a proprietária estava no seu interior.

O servidor informa que havia várias vagas de estacionamento na rua em que ocorreu a colisão, inclusive em frente à loja que o motorista estava interessado, todavia, ele preferiu parar de “supetão” no meio da rua. Expõe que trafegava em baixa velocidade, tanto é verdade que no veículo da Prefeitura não houve qualquer dano, sendo que no carro do particular o dano foi mínimo em um canto da sinaleira, não havendo danos na adesivagem.

O motorista Paulo Ricardo juntou fotografias na fls. 27/29 a fim de comprovar a sua versão e realizou boletim de ocorrência.

A comissão convidou o Sr. Augusto para prestar depoimento por diversas vezes, conforme atestado na fl. 31, todavia, por incompatibilidade de horários o particular não pode comparecer.

Em 18/06/2018 compareceu na Procuradoria o Sr. Augusto solicitando para juntar o boletim de ocorrência que havia feito em relação à questão. Nesta ocasião, foi realizada uma ata de comparecimento na qual ficou consignado que o Sr. Augusto ratificava os termos do BO.

Pela prova carreada esta comissão se convenceu que o servidor não teve qualquer culpa na colisão em que pese a batida tenha ocorrido na traseira do Onix.

É bem verdade que existe uma presunção de culpa do motorista que colide na traseira de um veículo, todavia, necessário dizer que tal presunção é relativa.

No caso em tela, entendo que relato do motorista do Onix registrado no boletim de ocorrência não condiz com as fotografias juntadas nas fls. 27/29, as quais demonstram a ausência de batida no para-choque ou na tampa traseira.

Ainda, as fotografias fornecem verossimilhança ao relato do servidor, na medida em que demonstram a existência de várias vagas de estacionamento no local.

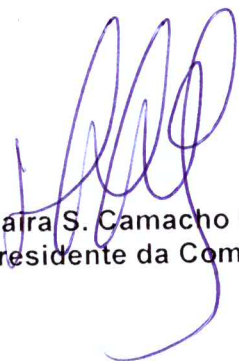
Desse modo, em relação à colisão ocorrida em fevereiro de 2018 envolvendo o veículo municipal de placa IRB3096 entendo que não houve responsabilidade do servidor municipal Paulo Ricardo Silveira Lopes, conseqüentemente, entendo ser incabível qualquer ressarcimento à empresa Brasilvale Veículos Ltda.


Posto isso, a Comissão opina pelo arquivamento do Processo Administrativo nº86/2018 por inexistir responsabilidade do servidor.


Este é o relatório.

Ao Sr. Prefeito Municipal para decisão.

Canguçu, 16 de julho de 2018


Maíra S. Camacho Guilayn
Presidente da Comissão


Kauane Pedrosa
Membro da Comissão


Carem Eluza Quintana
Membro da Comissão


Paulo Ricardo Silveira Lopes
18/07/18